



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Aveiro, acolheu, neste Congresso da ANMP, uma presença massiva dos representantes máximos dos Municípios e dos respetivos Órgãos Autárquicos, de um conjunto de intervenções significativamente interessantes e pertinentes – como a Reorganização do Estado, o Desenvolvimento e Coesão territoriais e as Finanças Locais – e a eleição dos novos titulares dos órgãos da ANMP. Mas, fundamentalmente, e o que se tornou mais fulcral, foi a aprovação da Resolução do Congresso, que teve como principal foco a Regionalização.

Este não é, seguramente, um tema consensual quanto aos seu conteúdo, forma e desfecho político. Mas é, definitivamente, um tema que importa, depois de mais de 20 anos após o último referendo à Regionalização (em 1998), voltar a debater e a avaliar.

Não é por acaso, que este assunto merecerá um escrutínio atento, por parte da ANMP, durante a próxima legislatura, independentemente de quem venha a vencer as eleições. Aliás, o próprio Presidente da República já demonstrou disponibilidade institucional para referendar a questão, em 2023 ou 2024.

Independentemente das posições partidárias ou individuais que cada um assuma, discutir-se a Regionalização é primordial, face aos desafios e às exigências que a sociedade, o Poder Local e o Estado enfrentam hoje. No entanto, há aspetos demasiado importantes para serem desvalorizados ou menosprezados. A Regionalização não pode, não deve, esquecer a Coesão Territorial... as dinâmicas e as assimetrias diferenciadas de cada região... os níveis de desenvolvimento e de investimento público que cada zona necessita e, legitimamente, reclama... a reestruturação e a reorganização administrativa do território... a dicotomia que diferencia as realidades entre interior e litoral, sem esquecer as zonas centrais intermédias.

É este o grande desafio que a ANMP decidiu abraçar para o futuro imediato, desafio que os portugueses deverão abraçar igualmente, quando chegar o momento próprio para se pronunciarem.

Por último, a satisfação de ver a Região de Aveiro, através do Presidente da CIRA e da Câmara Municipal de Aveiro, Eng. Ribau Esteves, a assumir, novamente, o cargo de Vice-Presidente da ANMP, fruto, com certeza, do trabalho até agora desenvolvido, do trabalho da CIRA e dos Presidentes de Câmara que a integram. Este é também um ponto importante para a afirmação da Região, mesmo numa fase de transição de presidência da CIRA, conforme é do conhecimento público.